



SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ata da 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas.

Às 10h00, do dia 30 de maio de 2012, no Edifício Sede do CENAFLOP, em Brasília, Capital Federal, depois de constatado o quórum, deu-se início à 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida por Antônio Carlos Hummel, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro e Vice-Presidente da Comissão. A ata da 24ª Reunião Ordinária da CGFLOP foi aprovada pelos membros.

Estiveram presentes os membros: Antônio Carlos Hummel (Serviço Florestal Brasileiro – SFB), Antônio Fernando Cecchi (Ministério da Defesa – MD), Luiz Maurício Navarro (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC), Marcos Antônio P. de Oliveira da Silva (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG), Jeison Alflen (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama), Carlos Eduardo Portella Sturm (Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária – Incra), Marcus Vinício Neves d’Oliveira (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa), Antônio Ademir Stroski (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema), Onilson Pereira Costa (Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – Anamma), Geraldo Bento (Confederação Nacional das Indústrias – CNI), Ramiro Azambuja da Silva (Confederação Nacional das Indústrias – CNI), Deryck Pantoja Martins (Confederação Nacional das Indústrias – CNI), Benony Pereira Mamede (Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias de Construção e da Madeira filiados à CUT – COMTICOM), Maurício Tomé Rocha (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB), Carlos Adolfo Bantel (Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais – SBEF), José Rubens Gomes (Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS), Maria Jocicleide Lima de Aguiar (Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS) e José de Arimatéa Silva (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC). Todos os membros presentes manifestaram-se pela aprovação da Ata da 24ª Reunião Ordinária da CGFLOP.

Também estiveram presentes Daniel Penteado, representando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, e os Diretores do Serviço Florestal Brasileiro, Marcus Vinicius da Silva Alves, Cláudia de Barros e Azevedo Ramos e Joberto Veloso de Freitas.

1º PONTO DE PAUTA: PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL DA UNIÃO (PAOF) 2013.

A SRª. TATIANA AMARAL (Gerência Executiva de Planejamento Florestal/SFB) – Apresentação sobre o Plano Anual de Outorga Florestal da União (PAOF) 2013 disponível no site do Serviço Florestal Brasileiro.

O SR. JOSÉ RUBENS GOMES (FBOMS) – Diz que se preocupa com inclusão da gleba não destinada de Lábrea em função do grau de violência que vem ocorrendo na região. Acha que o SFB sabe disso, pois servidores estiveram em campo e sabem que o movimento da madeira predatória nessa região é muito grande. Parece que isso pode gerar um desequilíbrio maior do que temos hoje porque, com grande parte da exploração predatória acontecendo naquela região, temos esses enfrentamentos. Levar para lá esse processo de concessão sem uma estratégia, sem buscar aliados, e sabendo que o Serviço Florestal não tem essa estrutura.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Diz que são áreas que não estão destinadas mais a reforma agrária, são áreas que estão no limbo, e o SFB teve um cuidado enorme, com o apoio do Ibama, para realizar sobrevôo e fazer um reconhecimento completo da área. O SFB conhece a região e sabe dos conflitos, mas uma das formas de ocupar essas áreas é dar-lhes destinação e hoje não tem. Estão simplesmente entregues a um processo de grilagem intenso, de extração ilegal de madeira e outros crimes. O Poder Público tem que estar presente e a concessão e o manejo florestal são uma boa oportunidade. Concorda que esse ainda é um processo muito inicial. O SFB tem feito esforço para colocar essas glebas para concessão. É um processo piloto em áreas sem nenhuma destinação ou de interesse de outros órgãos públicos. As áreas seriam destinadas pelo MDA e Secretaria de Patrimônio da União – SPU. Foi apresentado nessa Comissão o trabalho que fizemos para o IPAM com relação às terras públicas não destinadas na Amazônia, só de terra pública federal ainda são 35 milhões de hectares. Concorda que essa ação da concessão tem que vir associado à presença de outras instituições, de outras políticas públicas. O Estado Brasileiro vai estar presente lá na forma de manejo florestal e isso é um grande avanço.

O SR. JOSÉ RUBENS GOMES (FBOMS) - Acha que temos que ter cuidado de não transferir concessão para presença de Estado, pois concessão não significa presença de Estado. Não se pode transferir para o setor empresarial a responsabilidade de fazer o papel do Estado.

O SR. DERYCK PANTOJA MARTINS (CNI) - De uma forma geral, acha que realmente o PAOF ao longo dos anos tem evoluído e avançado na agregação de informação. O acúmulo delas tem mostrado que nós temos conseguido incorporar e melhorado esse processo. Acha que já tem informação suficiente ao longo desses anos e que temos condições de ter informações um pouco mais de planejamento de médio e longo prazo. Ao longo desses últimos PAOF's, temos quase 30 milhões de hectares e temos realmente em concessão 145 mil hectares, percebe-se que ainda há uma discrepância muito grande. Outro ponto é que existe o quantitativo de área que é passível de concessão para esse ano, 5,29 milhões de hectares, mas sabe-se que só uma parte disso vai entrar para concessão devido à gestão de Unidade de Conservação, cerca de 50%. Há um quadro no PAOF que mostra que vai ser algo em torno de 3 milhões.

Sugere que sempre que colocarem as informações passíveis de concessão acompanhe o que de fato se planeja colocar em concessão. Que no ponto do processo de concessão, o 2.2.4, ainda faltam informações sobre o processo. Acha que é preciso mostrar não somente o ponto em que estão as concessões, mas o que de fato tem acontecido, as dificuldades, presente dentro do PAOF para que os interessados conheçam também os obstáculos que têm surgido ao longo desse processo. Quer saber como foram definidas as áreas não prioritárias. Outra questão é a convergência com áreas de mineração. Se coloca o plano de compatibilização, mas o que seria, como funcionaria. Na questão de fomento, sugere que é importante considerar também a necessidade de estudos estratégicos para a questão de logística, viabilidade econômica e capacitação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Diz que assinaram um contrato com o IFC, que é um dos braços do Banco Mundial, para apoiar iniciativas, junto com o BNDES. O IFC e o BNDES trabalham juntos, para fazer uma modelagem econômica trabalhando cenários e trabalhando uma série de itens, dentre eles, alguns citados pelo Sr. Deryck. O IFC é uma instituição que tem respeitabilidade nesse tipo de estudo. Temos um esforço enorme de um setor florestal que quer fazer manejo florestal correto e, de outro lado, temos um forte grau de ilegalidade, o que afeta a competitividade do manejo. Em algum momento, temos que desonerar quem faz manejo florestal. Com relação ao planejamento, diz que foi muito aperfeiçoado, mas ainda falta muito, falta a questão de cenários da própria produção florestal na região, temos problemas de mercado, principalmente o mercado europeu. No Brasil, madeira tropical é basicamente construção civil, que varia muito esse consumo e também existe uma substituição da madeira muito forte por outros materiais. Além desse fator, há avanço para combater a ilegalidade. Observando a Flona de Jamari, tem-se um nicho de excelência com relação ao manejo florestal, às condições de trabalho, à segurança do trabalho e aos salários. Diz que temos que mudar o padrão, mas para mudar esse padrão temos que ter políticas fortes de incentivo, instrumentos econômicos mais consolidados para fazer essa mudança. Não é uma discussão que só vá envolver manejo, com certeza vai envolver florestas plantadas e outros setores também ligados a área florestal.

O SR. ANTÔNIO ADEMIR STROSKI (ABEMA) – Com relação à preocupação com as questões sociais no sul do Estado do Amazonas, destaca que a concessão, necessariamente, terá que considerar uma parceria com o Governo Estadual. Ali há uma evasão grande de divisas do Estado na extração ilegal de madeira e uma malha de ramais que entram no Estado do Amazonas a partir da BR, onde há uma dificuldade enorme de fiscalização. Além disso, quem licencia atividades nas cerrarias e movinarias é o órgão ambiental estadual.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Afirma que, além do SFB trabalhar com as concessões florestais federais, também tem um esforço junto com os Governos estaduais de trabalhar as concessões florestais estaduais.

O SR. JEISON ALFLEN (Ibama) – O Ibama realizou um estudo com relação a essas florestas públicas não destinadas que estavam sob manejo florestal através de contratos de transição e, através de sensoriamento remoto, foi constatado que essas áreas limítrofes continuam sofrendo uma pressão muito grande e que nas áreas onde se deixou de executar os contratos de transição ainda permanecem com um potencial muito grande. A pressão cessa nas áreas onde se executava o manejo. Questiona sobre a

questão de destinação de florestas públicas, considerando que é uma das funções do Serviço Florestal também essa destinação, pergunta quais as ferramentas e os atores envolvidos e o que define a destinação dessas florestas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Temos que esclarecer que o Serviço Florestal não faz destinação de terras públicas. No âmbito do Governo Federal quem trabalha isso são MDA e Incra, mas o SFB tem trabalhado junto. O contrato de transição era um mecanismo que tinha prazo legal para terminar e essas áreas voltaram para o Incra.

O SR. MARCOS ANTÔNIO PEREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA (MPOG) – O Decreto 6.063 de 2007 que diz que o PAOF tem que ter um conteúdo mínimo e o artigo 20 desse Decreto trata da área total já submetida a concessões florestais. previsão de produção dessas áreas, identificação de demanda, produtos e serviços. Diz que isso interessa muito ao Ministério do Planejamento, a compatibilidade com outras políticas setoriais, a descrição de infraestrutura, condição de logística, capacidade de processamento e a previsão dos meios necessários para sua implementação, incluindo os recursos humanos e financeiros. Questiona sobre a Medida Provisória 558/2012, que libera usina hidrelétrica em algumas regiões que estão no PAOF, como nas Flonas Itaituba e Crepori 1 e 2 e, dentro desse trabalho, que diálogo há entre o SFB e o PPSedan. Diz que há um interesse muito grande da Secretaria de Planejamento de ver essa questão de concessão florestal deslanchar e pergunta de que forma que podem atuar em conjunto com o SFB.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Diz que o SFB tem participado ativamente do PPCDAM nessa formatação nova e esperam que esse esforço do Governo no fomento de atividades florestais sustentáveis ganhe corpo.

O SR. ONILSON COSTA (ANAMMA) – Cita o exemplo da Flona de Jamari antes e após concessão. Diz que havia dois problemas gravíssimos: a exploração ilegal madeira e a mineral, garimpo, e com a concessão a área está pacificada. Diz que hoje, a diferença entre Flona do Jamari e os Distritos de Jaci e Extrema, pólos vizinhos, é muito grande em relação ao índice de criminalidade e a uma série de problemas. Extrema é um dos pólos pecuários de Rondônia, muito avançado, e Jaci com a exploração madeira. No Distrito de Porto Velho não existe mais madeira e aí fica aquela pergunta: de onde está vindo a madeira para Jaci, onde tem um número muito grande de serrarias, indústria madeira. Diz que não há um controle e que se tivessem sido feitas outras concessões para fazer a exploração sob manejo, Rondônia teria outro panorama na área florestal hoje.

O SR. BENONY PEREIRA MAMEDE (CONTICOM) – Relata que teve a oportunidade de visitar, em Paragominas, uma área onde existe o manejo florestal e outra onde não foi feito o manejo florestal e que o impacto é muito grande quando se vê isso, mas que o manejo florestal também causa um impacto. Gostaria de saber quais as contra-partidas ou se existe uma medida compensatória para a região onde vai acontecer o manejo florestal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Diz que o primeiro estudo desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes, na Flona Jamari, mostrou que os impactos

sobre a fauna são bem pequenos ou praticamente inexistentes. Outro estudo reuniu vários pesquisadores, talvez os mais conhecidos na área de manejo florestal, que fizeram uma síntese do que seria o impacto do manejo florestal. As conclusões mostraram que, quando se fala em conservação da floresta, biodiversidade, manutenção de carbono e estoque madeireiro também, num manejo florestal bem feito, os impactos são praticamente desprezíveis. Diz que sustentabilidade é uma estrada, um caminho a percorrer em qualquer atividade e estamos no bom caminho com o manejo florestal.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉIA SILVA (SBPC) – Diz que, olhando os números que foram apresentados no documento, temos que 7.7% das áreas públicas são passíveis de concessão, 22.8 milhões de hectares. Verificando os 571 mil de hectares já concedidos, talvez Jamari tenha sido mais importante pelo bom exemplo do que pelo volume que ela pudesse representar na oferta de madeira da região. Fazendo um comparativo só das áreas passíveis de concessão com os números das áreas já concessionadas e as áreas previstas para concessão no PAOF de 2013, temos 571 mil hectares de 22.8 milhões, que são aproximadamente 2.5% da área total passível de concessão. Comparando os 5.3 milhões de hectares que estão colocados no PAOF de 2013, em relação à área total passível de concessão, isso representaria 23%, ou seja, seria, o que já está concessionado, é 10% do que está previsto no PAOF para 2013. Sabendo que não será toda área que vai ser concessionada ao final, conservadoramente, considerou metade. Fez uma estimativa de volume de 20 metros cúbicos, em média. Pensando no prazo da concessão de 40 anos, daria 1.3 milhão m³ por ano, que é mais ou menos 10% da oferta hoje. No primeiro momento, o papel das concessões é muito mais de um instrumento administrativo de ajudar a ordenar território do que efetivamente alterar o preço; mas, no médio prazo, o papel da concessão é regular o mercado e mexer em preço de madeira.

O SR. MARCUS VINÍCIUS DA SILVA ALVES (SFB) – Esclarece que o PAOF é um instrumento de planejamento de curto prazo, pois é um plano anual. Ele tem um desenho e um objetivo diferentes de vários outros planos realmente de longo prazo. O Serviço Florestal faz exercícios de longo prazo, mas de outra forma não destacada no PAOF. A partir de uma avaliação de uma necessidade de oferta de madeira tropical em 2020, foi feita uma avaliação das potenciais ofertas nas diferentes formas de florestas, não só públicas como privadas e, dentro da categoria de públicas, as diversas categorias: florestas nacionais, reservas extrativistas, áreas não destinadas. A partir de 36 milhões de hectares, daria algo em torno de 1,2 milhão hectares sendo manejados anualmente. Diz que compartilha integralmente com as preocupações do Rubens em relação às ações ou possíveis ações voltadas a concessão de áreas não destinadas porque, enquanto forem não destinadas, não é possível fazer concessão. Mas ressalta que os indicativos que estão sendo tirados dessas concessões mostram que elas tiveram uma série de benefícios, especialmente no que diz respeito à integridade da Floresta Nacional, que é reflexo da presença de concessionários os quais, estando lá, requererem a presença do Estado. Diz que o SFB está avaliando, do ponto de vista estratégico, que as áreas não destinadas têm potencial de vir a ser áreas concedidas e, a partir desse momento, o Estado passa a se fazer presente mesmo que de forma incipiente. Com relação ao questionamento do Deryck em relação às áreas não prioritárias, diz que, olhando o mapa, às vezes não se consegue enxergar, mas há um conjunto grande de florestas públicas fora da região amazônica. Essas florestas são consideradas não prioritárias pelo Serviço Florestal para 2013, assim como aquelas áreas que, por exemplo, também hoje

não dispõe de qualquer condição de infraestrutura seja de transporte, seja de energia e também a questão de logística. Sobre as medidas compensatórias, diz que são colocadas na lei e em cada edital de concessão. A Lei prevê que os recursos advindos da concessão florestal são destinados ao órgão gestor, que é o Serviço Florestal, ao gestor da floresta pública que, nas florestas nacionais, é o ICMBio, aos estados e aos municípios onde aquela floresta pública está localizada. Além disso, há características de técnica e preço. Nos critérios técnicos, existe a dimensão social, que implica numa série de benefícios que vêm para aquelas comunidades que estão no entorno das concessões.

O SR. JOSÉ RUBENS GOMES (FBOMS) – Diz que o GTA, desde o início desse processo, tem se comprometido fielmente apoiar no intuito de defender as boas práticas, gerar ambientes que diminuam a violência na floresta e que o Estado esteja de fato presente e possa fazer a gestão de um bem público, mas que está defendendo exclusivamente a produção empresarial. Diz que passando para o segundo ponto, que é a arrecadação das florestas públicas não destinadas, é preciso negociar novamente, pois não dá para fazer destinação exclusiva para concessões, esse processo tem que ser construído concomitantemente com destinação de uso comunitário.

O SR. CARLOS EDUARDO PORTELLA STURM (INCRA) – Conta que o INCRA firmou um acordo de cooperação técnica com o Serviço Florestal focado nos assentamentos de Santarém, mas todos os assentamentos que colocados no acordo estão interditados pela justiça por determinação judicial. A uma dificuldade é muito grande para o INCRA conseguir regular a relação do comunitário com o empresário, sendo que o estatuto da terra diz que, quando a comunidade não for numericamente suficiente ou tecnicamente habilitada a realizar determinada exploração, é permitido auxílio de terceiro. O diagnóstico feito pelo SFB na Flona de Amana permitiu repensar um pouco a estratégia de poder fazer um estudo das áreas de floresta conforme o Serviço Florestal fez, embasando o INCRA para regular essa relação com a empresa, ou seja, subsidiar a comunidade. Isso foi colocado em planejamento esse ano e não foi possível executar por falta de orçamento.

O SR. DERYCK PANTOJA MARTINS (CNI) – Ressalta a importância de definir o que quando se fala em empresa florestal madeireira e quando se fala em outra coisa que está entrando e desmatando, que está explorando comunidade, pois essa não é a empresa que a CNI representa. Diz que se não há regras bem definidas e equitativas para essa relação, as empresas não querem fazer parceria com as comunidades, colocando, às vezes, o nome de uma empresa dentro de um modelo que não seria o desejável e colocando inclusive a credibilidade da empresa.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Informa que o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) do Serviço Florestal Brasileiro está funcionando desde o dia 16 de maio, de acordo com a Lei de Acesso às Informações.

1º INFORME: CHAMADAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (FNDF)

O SR. FÁBIO CHICUTA FRANCO (Coordenador do FNDF) – Apresentação sobre as Chamadas do FNDF disponível no site do SFB.

O SR. JOSÉ RUBENS GOMES (FBOMS) – Questiona como é possível incluir a base comunitária no perfil dos beneficiários, no processo de capacitação da Amazônia especificamente. Diz que é fundamental pensarmos nessa massa populacional que está diretamente operando com floresta, que danifica a floresta mais do que deveria por falta de informação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Informa que o SFB está apoiando programas na Amazônia neste ano e que essa escolha, prevista dos editais, é basicamente por conta de recursos disponíveis, que estão limitados, mas que estão buscando parcerias, por exemplo, com o Fundo Clima e o Fundo Amazônia para novas chamadas.

O SR. BENONY PEREIRA MAMEDE (CONTICOM) – Pergunta quais são os profissionais a que se referem quando falam em “apoio à formação profissionalizante para o fortalecimento do manejo florestal”.

O SR. FÁBIO CHICUTA FRANCO (Coordenador FNDF) – Diz que hoje existe uma demanda de mercado muito grande para o nível técnico, nível médio. Então a coordenação do FNDF buscou priorizar tanto o médio como o pós-médio, pensando nas formações que poderiam colaborar com o manejo florestal na recuperação de áreas degradadas e temas relacionados. Teria que ser uma escola técnica profissionalizante ou da área ambiental ou da área das ciências agrárias, que incluem: as florestais, ambientais ou biológicas.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉA SILVA (SBPC) – Diz que a lei que criou o FNDF previu que o aporte de recurso seria basicamente das concessões, embora tenha previsto outras possibilidades. Como há duas concessões no Brasil hoje, pergunta de onde estão conseguindo recursos e qual é o montante que o Fundo está operando ou vai operar em 2013. Questiona se o SFB tem alguma articulação com o Ministério da Educação quando vai fazer o trabalho de capacitação e sobre o valor repassado a cada projeto, se foi falado “21 projetos, 1,5 milhão de reais”, se seria 71 mil reais para cada projeto.

O SR. FÁBIO CHICUTA FRANCO (Coordenador FNDF) – Responde que os projetos tem diversidades e os custos variam um pouco entre eles e que há articulação com a política de ações do Ministério da Educação.

A SR^a. CLÁUDIA DE BARROS E AZEVEDO RAMOS (SFB) – Diz que a Chamada diz respeito exclusivamente aos recursos do Fundo de Desenvolvimento Florestal, mas que parte de fomento do Serviço Florestal é maior do que o Fundo propriamente dito. Fora do Fundo, o SFB tem várias articulações com instituições que têm sinergia com toda essa parte de capacitação e assistência técnica, educação nível técnico etc. O Ministério da Educação é um deles, onde a articulação é principalmente em relação às escolas técnicas. O SFB tem uma relação muito próxima com o Sistema ‘S’, e está começando uma articulação para que, principalmente na parte do atendimento à indústria e aos empreendimentos, mesmo os comunitários mais avançados, eles possam entrar mais fortemente. O SFB também tem uma colaboração com a Fundação Roberto Marinho e agora estão fazendo um sistema grande de capacitação de manejo florestal via TV. Com relação à pergunta sobre os recursos do FNDF, com os recursos da concessão não seria possível fazer nem metade desses projetos que estão apoiando no

momento. Por isso, fizeram uma articulação dentro do Ministério do Meio Ambiente para aglutinar outros Fundos.

2º INFORME: CONCESSÕES FLORESTAIS

O SR. MARCELO ARGUELLES (Gerente Executivo de Concessões Florestais/SFB) – Apresentação sobre Concessões Florestais disponível no site do SFB.

O SR. MARCUS VINÍCIO NEVES (Embrapa) – Com relação à Avaliação Técnica Periódica e ao controle de produção que foi feito em Jamari, pede explicações sobre a metodologia e alguns dos resultados obtidos. Também quer saber como funcionam as parcelas permanentes.

O SR. MARCELO ARGUELLES (SFB) – Diz que o acompanhamento técnico é feito de forma periódica pela Gerência Executiva de Monitoramento do SFB, com base em vistorias de campo, chamadas de visitas técnicas, nas quais o conjunto de indicadores de qualidade do manejo é avaliado. Também há essa avaliação por parte do IBAMA, que anualmente faz uma avaliação da qualidade das operações. Mensalmente o SFB faz o acompanhamento de campo, buscando principalmente indicadores relacionados à parte de infra-estrutura e de qualidade no planejamento florestal. A parte de rastreamento e acompanhamento é feito pelo sistema de cadeia de custódia da madeira. Cada carga de madeira que sai da área de concessão florestal é inserida dentro desse sistema de custódia, que identifica a origem dessas toras. Em relação à parcela permanente, há dois conjuntos: a parcela permanente em si, que é a do manejo, é uma obrigação contratual por parte do concessionário. Essa é a parcela para monitoramento de fauna, onde são feitas as coletas dos diferentes grupos que foram definidos como indicadores de qualidade ambiental dentro do manejo.

O SR. MARCUS VINÍCUO NEVES (Embrapa) – Pergunta se, conforme os resultados preliminares das avaliações técnicas periódicas, as operações aconteceram como era esperado.

O SR. MARCELO ARGUELLES (SFB) – Diz que, em linhas gerais, são satisfatórias e que o IBAMA também aponta os problemas para o SFB cobrar a melhoraria por parte dos concessionários.

O SR. JEISON ALFLEN (IBAMA) – Informa que são realizados dois monitoramentos, um visando à questão dos benefícios contratuais; a empresa é livre para colocar a forma de monitoramento pós-exploratório que vai executar. Em Jamari foi proposta a metodologia de parcela pré-manejo da Embrapa. Além desse, há outra forma de monitoramento que é monitorar, pelo Serviço Florestal, os impactos das bonificações existentes.

O SR. JOSÉ RUBENS GOMES (FBOMS) – Diz que há uma denúncia de que a Empresa Sakura tenha feito uma grande degradação ambiental na área dela e quer saber se isso procede.

O SR. JEISON ALFLEN (IBAMA) – Esclarece que o IBAMA recebeu essa informação e houve uma visita de campo na qual não foi constatado nada de anormal.

O SR. JOSÉ RUBENS GOMES (FBOMS) - Diz que enquanto o Governo não tiver o controle efetivo de rastreabilidade da madeira que sai da floresta, não importa que seja de manejo ou não, ela vai continuar sendo um grande risco para a viabilidade econômica do manejo. Há redução do desmatamento de corte raso, mas há um aumento considerável de degradação ambiental. É fundamental que os danos na floresta sejam diminuídos, porque a floresta tem, além dessa oferta da madeira, toda uma relação com as populações que vivem nela e precisam dessa floresta mais sadia. Quanto mais instrumentos que possibilitem ter o uso houver, vamos caminhar para a tal história da sustentabilidade que venha a minimizar esses impactos.

O SR. DERYCK PANTOJA MARTINS (CNI) – Diz que preocupa-se em não chegar a um ponto de começar a criar obstáculos ao desenvolvimento. Lembra que toda área vai ter, além do Manejo Florestal, parcelas permanentes, uma guarita onde toda a matéria que sair será conferido e passarão uma auditoria independente. O formato que foi criado favorece a certificação, ou seja, a certificação vai ser um processo natural nas concessões. Além disso, essas áreas de concessão estarão dentro de Programas de Monitoramento Remoto e o IBAMA fará as auditorias normalmente. Acredita que, se isso não for um processo robusto, fica preocupado. Registra que uma concessionária entregou a concessão, saiu e perdeu a concessão. O custo político disso, de construção. Diz que ficou muito claro aqui de manhã que esses processos das concessões estão interligados, pois o FNDF precisa que a concessão rode para ter recurso, para poder apoiar a comunidade, para poder fazer a transição, para nós podermos melhorar. Se começarmos a entregar hoje uma, entregar outra daqui a pouco, vai acabar. Vai se colocar em cheque todo o processo das Concessões Florestais e perder o sentido. O que se propõe é sair de um processo de profissionalização do setor, que tem uma série de problemas, para um nível de excelência tão alto, que pode se chegar ao resultado de não ter viabilidade econômica para isso mesmo que tenha viabilidade ambiental e social. E diz que ainda não temos, mas que é desejado que seja algo realmente acessível às empresas que tenham interesse, vontade de se profissionalizar, de buscar as concessões florestais.

O SR. JEISON ALFLEN (IBAMA) – Acredita que dois pontos devem ser levados em consideração na hora de fazermos ou programarmos o acompanhamento do manejo. O primeiro diz respeito à garantia de que essa área não vai ser explorada antes do seu próximo ciclo de corte, que é uma tranquilidade que se tem por ser uma concessão. Outro ponto é de ter a garantia de que essa exploração vai permitir que haja uma exploração no próximo ciclo de corte, que o estoque se renove e seja suficiente ou, quiçá, seja maior do que o vislumbrado. Sugere o levantamento de parâmetros simples de medição que possam ser monitorados por uma empresa fora ou por uma instituição científica para dar um retorno se as normas e essa forma de monitoramento estão atendendo ao objetivo a que se propõem, garantindo que o manejo seja sustentável.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Salienta que a lei estipula que uma auditoria independente deve ser feita, no máximo, a cada três anos e isso vai acontecer agora. Todas as três unidades de manejo da Floresta Nacional estarão sujeitas a uma auditoria independente que será realizada em breve.

3º INFORME: INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL

O SR. DANIEL PIOTTO (Gerente Executivo de Informação Florestal/SFB) – Apresentação sobre o Inventário Florestal Nacional (IFN) disponível no site do SFB.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉA (SBPC) – Pergunta quais são os estados onde a negociação está mais avançada para fazer o inventário.

O SR. DANIEL PIOTTO (Gerência Executiva de Informação Florestal/SFB) – Informa que o SFB já está trabalhando em um acordo de cooperação técnica com a Secretaria do Meio Ambiente da Bahia. A negociação está mais avançada principalmente com os estados do Nordeste, que têm uma extensão menor e o custo do inventário é relativamente mais baixo. Com relação à Amazônia, como o recurso do BNDES ainda não está disponível, ainda não iniciaram os arranjos institucionais. No segundo semestre, com auxílio do FIP, vão intensificar os arranjos institucionais em todos os estados que estão no bioma cerrado.

O SR. JOBERTO FREITAS (SFB) – Conta que trabalharam bem em uma metodologia única, mas, na hora de implementar, é que viveram a maior dificuldade. É um projeto para um país muito grande e tem um custo que, apesar de não ser elevado, não é um tipo de gasto usual no País, o que gera muitas dificuldades para obter esse recurso. A vontade do SFB sempre foi de fazer o Inventário com recursos do próprio Governo, mas para isso perceberam que precisariam convencer o próprio Governo da importância desse instrumento e, por isso, levou-se tanto tempo. Como não conseguiram recursos totais para fazer no país todo de uma vez, buscaram iniciativas alternativas. Começaram apresentando um projeto para o GEF e conseguiram um financiamento de US\$ 10 milhões para estimular, o que permitiu mobilizar esse projeto investindo no Paraná e em outros estados da região Sul. Também conseguiram o financiamento para fazer o inventário no cerrado todo, mais uma vez com recursos internacionais na ordem de US\$ 15 milhões. Na Amazônia estão detalhando um projeto para o Fundo Amazônia e esperam conseguir fazer sem a necessidade de ajuda dos estados e cobrir todo aquele bioma nos próximos 4 anos.

4º INFORME: ESTRATÉGIAS DE FOMENTO FLORESTAL

A SRª. CLÁUDIA DE BARROS E AZEVEDO (SFB) – Apresentação sobre Estratégias de Fomento Florestal disponível no site do SFB.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Diz que na década de 70 e 80, houve duas políticas públicas de bilhões de reais. O Fiset Reflorestamento, política de incentivos fiscais para reflorestamento no Brasil que gerou uma série de ações ligadas principalmente a pinhos, eucaliptos e algumas outras espécies. Associado a isso houve o PROBO 1, 2 e 3, que era o incentivo ao plantio da borracha. Ao longo dos últimos 20 anos, deixou-se de ter uma política forte e estruturada de fomento florestal. Há uma forte discussão sobre floresta, mas não sobre fomento florestal. Diz que o sinal desse estudo é de que o fomento tem que ser uma coisa muito maior, tem que ser estruturado. Que a questão da floresta vai muito mais além do comando e controle.

O SR. JOSÉ RUBENS GOMES (FBOMS) – Diz-se convencido de que, se tiverem que tratar floresta, fomento e floresta produtiva dentro do Ministério do Meio Ambiente isso não vai acontecer. Mesmo pagamento de serviços ambientais, mesmo REDD, acredita que não será possível. Diz que a Floresta tem todo esse potencial voltado às

questões das mudanças climáticas e à questão da capacidade de geração de riqueza, e essa discussão não é feita.

O SR. JOSÉ DE ARIMATÉA SILVA (SBPC) – Acredita que houve muito avanço nas décadas de 70, 80 e 90 na pesquisa florestal, inclusive, mas parou. É preciso fomentar a recuperação de áreas degradadas. Pelo que foi apresentado no estudo, acha que deveria se combinar várias coisas entraria a área Federal, mas os estados também e, essa atividade de fomento que já está em curso hoje, pois 25% das florestas que vão para papel e celulose hoje já vêm de áreas fomentadas. Questiona como potencializar um programa de fomento em âmbito nacional, sabendo que, além da pesquisa, essa questão de assistência técnica rural é deficiente.

A SRª. CLÁUDIA DE BARROS E AZEVEDO (SFB) - Relata que uma coisa muito marcante na oficina apresentada foi que todos concordaram com o quanto o setor florestal é desarticulado em relação a outros setores. Diz que ficou muito claro que se não houver realmente esse esforço de, nesse momento, haver essa reunião de cabeças para propor uma coisa nova, algo que venha inovar essa área de fato, vai se continuar batendo nessa parede há muito mais obstáculos do que soluções; desde a parte de gestão político-administrativa desse setor até a parte de implementação e de negócios. O Serviço Florestal pode ser um lócus dessa provocação, mas obviamente que sozinho ele não consegue.

O SR. ANTÔNIO CARLOS HUMMEL (SFB/MMA) – Agradece a participação de todos e encerra a reunião.